

Mello de Malta, Maria

Ignácio Rangel e a categoria dualidade básica: uma interpretação do Brasil

Nova Economia, vol. 24, núm. 1, enero-abril, 2014, pp. 17-31

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400434061002>



Nova Economia,
ISSN (Versão impressa): 0103-6351
ne@face.ufmg.br
Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

Ignácio Rangel e a categoria dualidade básica:

uma interpretação do Brasil

Maria Mello de Malta*

Palavras-chave

Ignácio Rangel, dualidade básica, interpretação do Brasil.

Classificação JEL

B24, B31, B00.

Keywords

Ignácio Rangel, basic duality, interpretation of Brazil.

JEL Classification

B24, B31, B00.

Resumo

Ignácio Rangel é autor de imensa originalidade; no entanto, seu trabalho vem sendo pouco explorado na história do pensamento econômico brasileiro. O objetivo deste trabalho é desenvolver um movimento que recupere a interpretação rangeliana do Brasil, destacando sua concepção da dualidade básica para rerepresentar Rangel à lista dos grandes intérpretes brasileiros.

Abstract

Ignacio Rangel is an author of immense originality, although his work has been little explored in the Brazilian history of economic thought. The objective of this work is to develop a movement to recover the Rangelian interpretation of Brazil, putting light on his conception of basic duality and reintroducing Rangel in the list of the great interpreters of Brazil.

.....
*LEMA/IE/UFRJ

1_Introdução

Ignácio Rangel foi um pensador do Brasil. Sua contribuição transcende a de um estudioso em temas e questões brasileiras. Tem a cara da complexidade deste país, que, segundo ele, seria irretratável por teorias estrangeiras, precisava de uma teoria própria que descrevesse seus movimentos tão particulares e, ao mesmo tempo, tão conectados às inquietações da ordem externa.

Maranhense da ilha de São Luiz, nascido no segundo décimo do século XX, em 1914, no dia 20 de fevereiro. Seu pai era um juiz crítico do governo local e, muito provavelmente por isso, era transferido constantemente entre localidades no interior do Estado. O menino Rangel teve de se construir intelectualmente como autodidata, na medida em que muitas das cidades em que viveu não possuíam escolas. O próprio pai fora a figura fundamental na formação do rapaz e sua percepção do filho acabou por “predestiná-lo” para o Direito desde cedo.

Em 1926, foi para a capital fazer o ginásio. Um pouco pelo caráter curioso e crítico, outro tanto pela influência de seu pai, que lhe contava desde cedo as venturas e as desventuras da Coluna Prestes, Rangel acabou integrando-se à Revolução de 1930, participando da sublevação do 24º Batalhão de Caçadores. Sua sanha revolucionária não arrefeceu nunca, mas em 1935 partiu para mais uma ação: a Aliança Nacional Libertadora. Dessa vez, terminou preso.

Enviado para cumprir pena no Rio de Janeiro, participou de uma espécie de Universidade Popular do presídio, que, segundo o próprio, tratava de dar cabo do estudo de alemão, francês, inglês, sociologia, economia e matemática (Rangel, 1991). Libertado depois de dois anos, retornou ao Maranhão de onde foi impedido de sair durante oito anos.

Já nessa época, Rangel começou a refletir sobre os problemas do projeto nacional dominante. Percebia que o país vivia os estertores de uma crise e que não era possível pen-

sar o Brasil sem tal dimensão. Por isso, foi um dos autores que mais influenciaram a produção crítica sobre a questão do desenvolvimento brasileiro sob crise. Seu trabalho marca as penas de autores fundamentais para a construção do debate, inclusive universitário, no Brasil, como é o caso da professora emérita Maria da Conceição Tavares, que já se declarou muitas vezes rangeliana¹ em sua análise sobre o desenvolvimento brasileiro. Contraditoriamente, Rangel não é amplamente reconhecido como um pensador importante na academia brasileira.

Rangel, como teórico, ainda que não acadêmico, organizava seu pensamento a partir de um esquema analítico que construía com base no método dialético de aplicação do materialismo. A esse esquema de compreensão da realidade brasileira chamou de tese da dualidade básica da economia brasileira. O objetivo deste trabalho é mergulhar na compreensão da tese rangeliana da dualidade básica para verificar a possibilidade de recuperá-la como uma rica chave de leitura, no campo da economia política, para a interpretação do Brasil.

2_A dualidade básica e seu método

A tese da dualidade básica corresponde a uma adaptação original do materialismo histórico e da teoria econômica para a análise do caso brasileiro. Dessa análise, o autor pretendia retirar leis gerais da formação histórica e de funcionamento da economia brasileira, descrevendo o processo de desenvolvimento do país, no campo da economia política.

Rangel via a história como uma sequência de etapas nas quais se articulavam os modos de produção da vida, suas relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas. Rangel considerava que, correspondentes a tais formas estruturais, existiam formas superes-

truturais que derivavam e eram limitadoras dessa infraestrutura.² Cada etapa de desenvolvimento desse conjunto dialético de estrutura e superestrutura corresponderia a um modo de produção específico. A sequência dessas etapas, porém, não estaria predeterminada e poderia incorporar uma série de especificidades distintas. A dinâmica de seu argumento preservava a essência dialética do materialismo, ainda que permeado por um tanto de esperança evolucionista, ou seja, seguia a lógica de que um modo de produção se transformaria em outro, mais avançado, no momento em que as suas relações de produção deixassem de estimular o desenvolvimento das forças produtivas e passassem a entravá-lo.

No caso periférico, mais especificamente no caso brasileiro, que é o seu verdadeiro objeto, Rangel destacava que as especificidades eram fundamentais para se perceber como a sequência de etapas brasileiras se distinguia da trajetória do centro capitalista durante seu processo de formação. Assim, abriu espaço em sua teoria para a adaptação crítica das teses econômicas existentes no campo do marxismo e da teoria econômica ocidental para a análise do Brasil, em sua inserção específica na economia mundial e na história de formação do capitalismo.

Segundo Rangel, o elemento fundamental que diferenciaria, desde o ponto de partida, a análise de uma economia como a economia brasileira seria a evolução das suas relações com as economias centrais. Tais relações, combinadas com a interação entre o desenvolvimento das forças produtivas e o das relações sociais de produção, dariam origem aos processos sociais, econômicos e políticos brasileiros. Em larga medida, as relações externas são determinantes do desenvolvimento das forças produtivas internas e, consequentemente, também das relações de produção internas.

Não se poderia encontrar um método mais marxista autêntico no sentido de preocupar-se em ser materialista, his-

tórico e dialético. Materialista, por jamais perder o concreto como ponto de partida e de retorno do processo de compreensão; histórico, por poder perceber como as especificidades históricas vão influenciar as trajetórias de desenvolvimento; e dialético, por se preocupar com todas as contradições presentes como constituintes do movimento do todo. No entanto, Rangel foi obscurecido no debate da economia política brasileira por ser considerado um determinista, dualista e por isso nada dialético. Como será que isso ocorreu?

3_A dualidade básica enquanto categoria e enquanto teoria

Dualidade básica da economia brasileira foi publicado em 1957 pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB) na série *Textos brasileiros de economia*. Nesse período, a noção de dualidade estava associada a dois grupos: a direita agrarista conservadora e o stalinismo ortodoxo.³ Apesar de representarem pensamentos bastante opostos do ponto de vista político, ambos eram largamente contestados pelo pensamento crítico libertador da época. *Raízes do Brasil e Formação do Brasil contemporâneo*, respectivamente de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, já tinham sido publicados havia cerca de duas décadas e eram o norte do pensamento daqueles, como diz Antônio Cândido, “que adotavam posições de esquerda, como eu próprio” (Cândido, 1967, p. xiii). Assim, naquele momento histórico, o Brasil dual era o Brasil conforme interpretado por aqueles que tinham como norte uma orientação metodológica ou naturalista, ou de tipo positivista, apresentando visão hierárquica e/ou autoritária da sociedade.⁴

Rangel não tinha nenhuma das duas filiações. Como mencionamos, sua juventude foi marcada por pensamentos e ações revolucionários, o que o incompatibilizava com o pensamento de direita. Do outro lado, não havia entrado no

Partido Comunista Brasileiro (PCB) por possuir uma interpretação teórica tão heterodoxa que não conseguia se identificar com a corrente principal do partido. A visão de dualidade rangeliana era (e é) extremamente original, como veremos a seguir. Nesse ponto, parece-nos razoável supor que o autor fez recurso a expressões já institucionalizadas no âmbito de várias teorias com vistas a ressignificá-las, na intenção de criar outra teoria para a compreensão do Brasil, porém falhando simbolicamente na construção de novas referências.

A categoria de dualidade básica aparece na obra de Rangel sempre aplicada a um contexto histórico. No livro de 1957, anteriormente citado, o autor assume no prefácio sua tarefa crítica e seu elemento conservador. Lá afirma que o conceito de dualidade não é novo, mas que ainda não se havia extraído dele todas as suas consequências e que utilizá-lo refletiria sua posição de não abandonar a ciência econômica estrangeira, ou “demoli-la, para, sobre os seus escombros, erigir uma ciência autóctone, mas, ao contrário, de salientar um aspecto próprio de nossa economia, a fim de facilitar o emprego dos instrumentos científicos tais quais os importamos e que, não raro, são inúteis sem esta precaução” (Rangel, [1957] 2005, p. 286). Assim, afirmava que seus estudos o haviam levado à conclusão de que o que há de peculiar no Brasil é a dualidade, no sentido de que todas as nossas instituições e categorias possuem dupla natureza e se apresentam como coisas diversas, se vistas do interior ou do exterior, partindo imediatamente para aplicá-la à formação histórica da nação brasileira, cujo ponto de partida seria a abertura dos portos.

Em todos os seus textos, Rangel tem sempre como referência analítica sua teoria da dualidade básica. Todos aqueles sobre a questão agrária, sobre tecnologia e crescimento e sobre economia brasileira e projeto nacional, escritos no calor de debates fundamentais na história brasileira do século XX, possuem a marca indelével dessa

teoria original. Por isso, não é possível pensar Rangel sem compreender tal estrutura básica. Então, vamos a ela.

A primeira questão a ser compreendida é que a categoria dualidade pretende descrever a complexidade da formação histórico-social predominante em um período no Brasil. Desse modo, podemos dizer que essa categoria cumpre o papel de identificar os modos de produção (articulação dinâmica entre estrutura e superestrutura) existentes no Brasil, em cada época. A condição histórica de se ter constituído como nação tardiamente em relação aos países do centro capitalista, na compreensão de Rangel, trazia a necessidade de apreciar sempre o movimento, de forma simultânea, de perspectivas interna e externa. Assim, cada dualidade da economia brasileira como um todo seria originada a partir da dupla determinação das relações internas e externas, que também vão consubstanciar a dualidade presente em todas as instituições econômicas brasileiras.

Vale a pena esclarecer que Rangel articula os dois lados (interno e externo) das dualidades todo o tempo e os identifica como partes de uma mesma dinâmica de desenvolvimento, construindo uma unidade de contrários, mas uma unidade; ainda assim, preferiu descrevê-la como dualidade.

Como em toda análise dialética, nosso autor introduz um movimento que, ao mesmo tempo, é a essência e a explicação da tese da dualidade brasileira. Cada dualidade é um modo de produção complexo que combina elementos de diferentes modos de produção já referenciados na análise da história europeia/mundial. Os modos de produção brasileiros (dualidades) se sucedem segundo uma lógica que se expressa em cinco leis que organizam os movimentos dos componentes da dualidade.

Cada dualidade possui um polo externo e um polo interno, e cada polo possui dois lados.

O polo interno expressa a convivência de dois modos de produção no país. O lado interno do polo interno diz

respeito à relação interna de produção mais arcaica, ainda que predominante em parte do tempo. É no lado interno do polo interno que está a forma a ser superada. O lado externo do polo interno representa a nova forma de organização produtiva que começa minoritariamente convivendo com a antiga até o momento em que o desenvolvimento das forças produtivas indica que é a hora de superar-se o modo arcaico e substituí-lo. O lado externo do polo interno comunica-se com o lado interno do polo externo na dualidade.

O polo externo, por sua vez, representa as relações do país com o exterior tanto em sua face de inserção no mercado mundial como em sua face de recepção do movimento mundial. O lado interno do polo externo é a forma por meio da qual o país se relaciona com o exterior, e que traz em si o modo de produção mais adiantado. Segundo Rangel, será esta a forma de produção que ocupará o lado externo do polo interno quando aquele se modificar. Finalmente, o lado externo do polo externo representa o modo de produção vigente no centro do sistema.

Assim, os lados interno e externo do polo interno, bem como o lado interno do polo externo, dizem respeito às formas das relações sociais de produção e às forças produtivas vigentes no Brasil, enquanto o lado externo do polo externo retrata o andamento das relações sociais e forças produtivas em curso no centro capitalista, ao qual o país está submetido.⁵

A caracterização dos polos e dos lados da dualidade é importante para sua compreensão, mas ainda não revela sua chave analítica, qual seja, o seu movimento. Rangel pretendia apresentar uma leitura baseada na lógica dialética, portanto o aspecto essencial para sua compreensão está na sua capacidade de descrever o movimento das estruturas caracterizadas.

A descrição do movimento transformador das dualidades foi sumariado pelo autor nas cinco leis de funciona-

mento da dinâmica das dualidades. As leis foram apresentadas do modo a seguir:

- 1_ o desenvolvimento das forças produtivas muda a dualidade, mas a mudança ocorre apenas em um dos polos;
- 2_ os polos interno e externo mudam alternadamente;
- 3_ o polo muda pelo processo de internalizar o modo de produção existente no seu lado externo;
- 4_ o lado externo do polo em mudança também se modifica, incorporando elementos de um modo de produção mais avançado;
- 5_ as mudanças na dualidade brasileira são provocadas por mudanças no centro dinâmico.

Assim, as leis de movimento garantem que cada polo muda sempre sozinho e que uma mudança no polo externo será sempre seguida por uma mudança do polo interno e vice-versa. Não é possível que um dos polos mude sem implicar mudanças no outro, ou que mude novamente antes de o outro polo o acompanhar. A dinâmica da mudança é sempre a incorporação do externo para dentro. O que pressupõe, em última instância, que o movimento detonador do processo de mudança vem sempre de fora. Essa visão evidencia o grau de dependência que Rangel identificava nas dualidades brasileiras. Por isso, também, muitos o chamaram de “determinista”.

A interpretação desse trabalho como “determinista” padece da incompreensão de que se trata de uma explicação para a história do Brasil. A tese da dualidade básica, ao descrever a história, fala de algo que já está determinado e aponta para uma dinâmica que pode ser mantida ou rompida. Permanece, porém, a questão: se o rompimento teria que também vir do centro do capitalismo, ou se está aberto um movimento nacional ou da periferia articulada como possível saída. O devir presente na análise de Ran-

gel restringe-se à quarta dualidade que mudou fartamente de caracterização a partir de sua análise de conjuntura de cada período (apesar de sua esperança desejar sempre encontrar o socialismo no lado externo do polo externo na quarta dualidade).

Para Rangel, a dinâmica do centro também segue uma lógica, que é a do ciclo de Kondratiev. Segundo Kondratiev (1935), a economia capitalista se desenvolve em ciclos de aproximadamente 50 anos. Esses ciclos longos são relacionados com o processo de difusão das inovações tecnológicas, cuja dinâmica acarreta progressiva substituição técnica, cuja onda de investimento produtivo gera emprego até o ponto em que a nova técnica passa a dominar a anterior. Essa dominância determina uma obsolescência da tecnologia antiga que propõe um sacrifício de recursos materiais e humanos correntemente em uso, expressando-se na forma de crise. A superação da crise é dada pela própria dinâmica do ciclo, sob o qual, após um período de crise, em que há queima de capital e desemprego de trabalho, se abre espaço, posterior à maturação no último ciclo de investimento, para a introdução progressiva de uma novíssima técnica, restaurando seu movimento ascendente por meio do investimento em nova tecnologia.

A questão de Rangel era que, no entanto, no Brasil não era possível identificar a dinâmica dos ciclos de Kondratiev, na medida em que éramos uma economia dependente do ponto de vista tecnológico. Nossa dinâmica de inovação não era traçada internamente. Rangel era bem radical desse ponto de vista, isto é, supunha totalmente ilusória para o Brasil a hipótese de independência tecnológica imediata, fundamentalmente pela ausência de um setor financeiro estruturado. De seu ponto de vista, o efeito fundamental desse ciclo longo na dualidade brasileira é que, na fase recessiva do ciclo, há uma mudança dos parceiros da aliança de poder que domina as relações político econômicas. Isso

ocorre porque a economia dependente fica forçada a voltar-se para dentro, tendo em vista que há estrangulamento do comércio exterior nos momentos de crise; a infraestrutura passa por rupturas, seguindo a lógica dos ciclos longos de Kondratiev.

Põe-se, então, nossa última questão: como esse complexo esquema teórico daria origem a uma interpretação do Brasil?

4_A dualidade como uma interpretação do Brasil

A teoria da dualidade de Rangel foi construída como uma crítica marxista ao etapismo que vigorava na ortodoxia do pensamento desse campo sob o stalinismo ou no marxismo destituído de sua dialética. O próprio Rangel, em 1930, lutara junto à Aliança Nacional Libertadora, tendo como interpretação de referência o etapismo ortodoxo. Acreditava que, sem a reforma agrária, não seria possível que o Brasil se industrializasse. Em seguida, assistiu à primeira fase do processo substitutivo de importações, precisou parar para compreender os limites da abordagem que seguira e chegou à teoria da dualidade. Não rompeu completamente com a visão de que o desenvolvimento ocorre em etapas, mas deixou de aceitá-las como fixas ou predeterminadas, conforme a história de outros países que pudessem ser considerados mais avançados que o Brasil.

Em sua primeira formulação, a teoria da dualidade partia da concepção de que “fora da história, a economia se reduz à lógica, à dialética e a uma gnoseologia, que tanto são econômicas como físicas ou químicas. Não existe, pois, economia ‘pura’ [...]. A ciência econômica, porém, varia com o modo de produção e este muda ininterruptamente” (Rangel, [1957] 2005, p. 287-288). Sua referência para dar partida ao intento de interpretar o Brasil com sua teoria historicizada é Mauá.

Rangel destaca em Mauá a preocupação de fazer uso do “bom senso nacional”, que, segundo o maranhense, tinha implícito um aspecto essencial da noção de historicidade das leis da ciência social. De seu ponto de vista, estava aí colocada a ideia de que o homem varia seu ser e sua consciência, segundo a realidade social em que surge e cresce. Este Mauá seria ratificado pelo pensamento de Keynes, que só teria proposto sua *Teoria Geral* para explicar uma economia monetária – algo que Rangel afirmava não ser completamente o caso da economia brasileira –, bem como por Prebisch, por ter se recusado a admitir o sentido de universalidade que normalmente se pretende atribuir às teorias formuladas nos centros mundiais.

Dessa perspectiva, afirma: “Recuso-me a admitir que a economia de uma tribo indígena pré-cabralina seja regida pelas mesmas leis que regem o funcionamento da bolsa de Nova York ou os planos quinquenais soviéticos” (Rangel, [1957] 2005, p. 289).

Sob essa certeza, Rangel formula questionamentos sobre o comportamento histórico do capitalismo e afirma que se há algo que pode ser considerado permanente em uma economia capitalista é que períodos de depressão se alternam com períodos de prosperidade. Indica até que alternativas para solucionar tal instabilidade cíclica foram sendo construídas historicamente. Essas saídas, identificadas por ele como presentes no centro do sistema, estariam postas pelo socialismo, de um lado, e pelos gastos públicos, no contexto capitalista. Destaca, em ambos os casos, a ação humana deliberada em prol da estabilidade, e assim o sentido do planejamento. Para nosso autor, uma lei que fora antes verdadeira, na medida em que refletia com suficiente fidelidade um processo real, torna-se falsa com o correr da história. Isso porque é substituída por outra cuja construção é resultado deliberado de ações humanas, “porque o acaso [...] não pode ser outra coisa que a expressão de nossa ignorância” (Op. cit., p. 291).

Se isso é verdade para as economias modernas, centrais, Rangel se pergunta, o que dizer, então, de uma economia que seja ao mesmo tempo moderna e antiga?

A resposta que encontra a essa pergunta é a dualidade. No Brasil, a convivência de modos diversos de organização social da vida implicaria a impossibilidade de se aplicar as leis do capitalismo a partes importantes constituintes do sistema econômico vigente dentro de nossas fronteiras. Em 1957, quando escreveu pela primeira vez sobre a interpretação do Brasil a partir da dualidade básica, identificou a coexistência de um setor capitalista e um pré-capitalista na economia brasileira. Afirmava também que o próprio setor capitalista não era homogêneo, porque se articulava externamente com um capitalismo que estaria, em sua visão na fase descendente do ciclo, enquanto internamente a própria crise mundial articulava um “vigoroso capitalismo nacional” desenvolvido com base na substituição de importações.

Para além da identificação da coexistência de várias etapas características do desenvolvimento da economia ao longo da história em nosso país, o que intrigava o intelecto de Rangel era descobrir como as leis dos vários modos de produção coetâneos se articulavam, auxiliavam ou limitavam umas às outras.

Com essa questão em mente, Rangel apresentou, talvez de forma mais acabada em seu artigo *A história da dualidade brasileira* de 1981, uma interpretação sobre o Brasil na forma da construção de dualidades que se foram transformando.

A primeira dualidade iniciar-se-ia com a abertura dos portos em 1808, já que considera que esse movimento gestou a integração do polo externo brasileiro. A hipótese implícita de Rangel é que, só com a vinda da Família Real, a economia do Brasil passou a ter centralidade real e formal para ser pensada em sua dinâmica própria. De seu ponto de vista, a sanção política desse movimento foi dada pela

Carta da Lei de 1815, criando o Reino do Brasil, ganhando sua forma final com o Sete de Setembro de 1822. Na interpretação de Rangel, as dualidades brasileiras mudam a partir de alterações que ocorrem no centro capitalista, mais especificamente na fase b (fase declinante) do ciclo de Kondratiev. No caso da primeira dualidade, o autor destaca que os movimentos no centro iniciaram-se com a Revolução Francesa (1789) e terminaram sua caracterização em Waterloo (1815), com a restauração.

Assim, o polo externo na primeira dualidade brasileira teria em seu lado externo o capitalismo industrial europeu, que se articulava com o lado interno por meio do capitalismo mercantil constituído dentro do Brasil, a partir de 1808, com a instituição de um aparelho de intermediação mercantil distinto do serviço público concedido a uma empresa pela Coroa de Portugal.

O polo interno da primeira dualidade tem outras referências, uma vez que havia se caracterizado em seu lado interno pela organização da produção escravista, centrada na fazenda de escravos que “tende a tudo reduzir à condição dos escravos, inclusive trabalhadores livres e semilivres” (Rangel, 1981 [2005], p. 668). O lado externo do polo interno seria a faceta feudal desse mesmo sistema, porque a produção escravista, segundo Rangel, dava-se sobre uma estrutura de propriedade e uso feudal da terra, seguindo as máximas “toda terra é terra do Rei e nenhuma terra sem senhor”.

Rangel identifica a sociedade brasileira sob a primeira dualidade como caracterizada pelo domínio de apenas duas classes (duais) representativas dos dois polos. Essas classes seriam os “vassalos-senhores de escravos”, como hegemônicos e representando o polo interno, e os capitalistas mercantis, representando o polo externo. O grupo social hegemônico Rangel denomina de *sócio-maior* da dualidade, enquanto o outro grupo dominante é intitulado de *sócio-menor*. O movimento de mudança interno é apresentado

com a lógica da luta de classes e por isso afirma que o *sócio-menor* teria a função precípua de “fortalecer-se economicamente, assumir novas posições de comando no sistema e amadurecer politicamente, ganhando coesão, homogeneidade e clara consciência de seus interesses” (Op. cit., p. 670).

Caracterizada assim e nascida sob o signo na transição da fase A para a fase B do primeiro Kondratiev, a primeira dualidade teria como papel histórico resolver o problema de assegurar o crescimento da economia, não obstante o estancamento prolongado do comércio exterior, ou, em outras palavras, promover um processo de substituição de importações.⁶

As considerações acerca da substituição de importações elaboradas pelo autor são muito heterodoxas. Em sua visão, a permissão de existência de indústrias no país dada com a abertura dos portos não significou a possibilidade de instalação de uma indústria substitutiva de exportações, no sentido próprio, em virtude da violência da concorrência externa. No entanto, afirma que, por outro lado, houve substituição de importações no Brasil no contexto do feudo-fazenda de escravos. Em suas palavras:

Com efeito, escorraçado da economia de mercado, o esforço de substituição de importações, nas condições da fase B do Kondratiev (1815-50), assumiria a forma específica de diversificação da atividade produtiva, no interior da fazenda de escravos, vale dizer nas condições da economia natural, onde o poder de competição da indústria capitalista do centro dinâmico chegava mais enfraquecido do que limitado por uma forte tarifa aduaneira (Op. cit., p. 671).

A essa ação substitutiva de importações Rangel atribui a mudança de natureza da fazenda de escravos, que cresce em escala e se tornara menos agrícola, porque realocava

seus recursos internos para atividades como construção, indústria de transformação e serviços. Em sua visão, o feudo-fazenda de escravos se tornara mais autárquico, o que implicava que o país como um todo se tornava mais autossuficiente e capaz de crescer em ritmo diferenciado daquele marcado pelo padrão do comércio exterior.

Foi esse mesmo movimento que deu origem à agudização das contradições, internas à fazenda de escravos, representadas pelo arcaísmo das relações sociais de produção e pelas mudanças vivenciadas nas forças produtivas. Dessas contradições nasce a mudança do polo interno na qual há uma transformação da fazenda escravocrata em uma estrutura feudal para dentro, enquanto da “porteira” para fora converte-se em uma empresa comercial, internalizando o modo de produção do lado interno do polo externo. Nesse contexto, os “vassalos-senhores” tornam-se “barões comerciantes” que precisaram se adaptar às transformações das limitações legais de importação da mão de obra escrava e a lei de terras, ambas iniciadas em 1850.

A passagem da primeira para a segunda dualidade foi resultado de um longo processo de trabalho das contradições mencionadas. Na nova dualidade, a fazenda internamente feudal tinha seus produtos – extraídos como tributo feudal aos produtores diretos – convertidos em mercadorias pelo novo perfil de empresa comercial que adquirira da “porteira” para fora.

Sobre tal base econômica se assentava a superestrutura de um Estado cujo *sócio-maior* agora era a burguesia comerciante (capitalistas mercantis), fortalecida pelo processo de contradições vivenciado no fim da dualidade anterior, e como *sócio-menor* os fazendeiros, latifundiários feudais por um lado e comerciantes por outro. Nessa dualidade, o antigo *sócio-menor* fortalecera-se e fora capaz de tomar a posição de *sócio-maior* na ocupação do Estado.

As condições externas sob as quais nascera esta segunda dualidade também se referiam a uma fase recessiva do ciclo longo. Nesse caso, era a fase recessiva do segundo Kondratiev. Novamente a questão-chave estava na substituição de importações. Agora, o esforço principal estaria nas mãos do capitalismo mercantil, que deveria promover basicamente uma diversificação da produção interna por processos artesanais e manufatureiros.

A interpretação rangeliana aponta para uma mudança na fazenda no período de ascensão do segundo ciclo longo que levou a uma acumulação, nas mãos dos senhores, de uma renda monetária que fora convertida em gastos na direção do espaço urbano, especialmente no que tange à moradia. Levaram consigo uma criadagem escrava que fora convertida em “negros de ganho” – trabalhadores escravos aplicados em serviços urbanos e atividades artesanais e cujo recebimento era totalmente entregue aos seus proprietários. O autor considera que foi a partir dessa “pequena produção de mercadorias” que, sob a orientação do capitalismo mercantil, nos preparamos para a nova fase da industrialização substitutiva de exportações que viria a ocorrer na dualidade seguinte.

A segunda dualidade também fora marcada pela 1ª Guerra Mundial, que refletiu no Brasil na forma de uma expressiva crise do comércio externo, o que reforçou a necessidade do processo de substituição de importações, antecipando o movimento que se definiria no declínio do terceiro ciclo de Kondratiev, representado pela Grande Depressão Mundial, que abriria as portas para nossa terceira dualidade.

A terceira dualidade se forma a partir da mudança do polo externo da segunda dualidade, visto que esse era o polo mais antigo e que tenderia a ser alterado. A alteração esperada pelo esquema de Rangel seria a internalização do modo de produção do lado externo do polo externo, ou

seja, a introjeção do capitalismo industrial como forma de organizar as relações entre o país e o exterior.

Do lado externo, a organização mundial pós-Grande Depressão teve como centro fundamental a organização do capitalismo financeiro, cujo nascimento anárquico tinha dado origem à fase B do terceiro Kondratiev, além de carregar em si a dualidade capital industrial – capital bancário. A estrutura multinacional do capitalismo financeiro, especialmente o norte-americano, teria nos facilitado a implantação do capitalismo industrial no lado interno do polo externo. Revelando não apenas uma troca de hegemonia interna, mas também uma troca de hegemonia no plano internacional (hegemonia inglesa pela hegemonia americana).

A superestrutura da terceira dualidade era formada por um *sócio-menor*, que era a burguesia industrial nascente, representando o polo externo, mas interessantemente Rangel destaca que o *sócio-maior* eram os fazendeiros-comerciantes, representantes do polo interno. “Tal como das outras vezes, a origem desse *sócio-menor* foi uma dissidência da classe hegemônica da anterior dualidade” (Op. cit., p. 679); no entanto, o *sócio-maior* aparece como uma dúvida: o que seria a tal burguesia comercial brasileira, se não os fazendeiros-comerciantes? Por outro lado, a dinâmica de representação das classes de Rangel parece revelar em si uma dualidade entre urbano e rural na disputa da dominação do Estado brasileiro.

Nessas condições, percebia-se o nascimento de uma economia periférica que produzia o próprio ciclo, na medida em que desenvolvia um processo de substituição de importações industrializantes, no qual o Estado entrava subsidiando o capital por meio de uma acumulação de recursos em suas mãos engendrada pela nova legislação trabalhista.

Assim, considera a entrada em cena dos ciclos de Juglar (ciclos de investimentos independentes de um novo padrão tecnológico que ocorrem aproximadamente a cada 10 anos)

para explicar a dinâmica da dualidade brasileira a partir do advento da industrialização no Brasil, ou seja, de seu ponto de vista a partir dos anos 1930, da terceira dualidade. Os ciclos de Juglar brasileiros seriam causados pelo acentuado desajustamento estrutural do nosso processo de industrialização, orientando o ajustamento da capacidade ociosa intersetorial e gerando a necessidade periódica de ajustes institucionais para reestruturação de sua fase de ascensão.

Outra singularidade da terceira dualidade está no fato de que a industrialização não se interrompeu quando da fase A do quarto Kondratiev. “O dinamismo do processo de industrialização, engendrando demandas de importações sempre novas, fez com que o impulso se mantivesse, não obstante a considerável expansão da capacidade de importar (Op. cit., p. 681)”. Assim, a industrialização brasileira teve fôlego, passando de sua fase de produção apenas de bens não duráveis de consumo para a produção industrial de peças, bens duráveis de consumo, bens de investimento e insumos básicos. Rangel ainda destaca que tal industrialização esteve presente também na própria agricultura, tornando mais agudas as contradições internas do setor e do sistema como um todo.

Finalmente, como Rangel está escrevendo em 1981, abre sua análise sobre a quarta dualidade, afirmando que ela “está, obviamente no futuro [...] não obstante, de certo ponto de vista é tão atual como se tivesse acontecido” (Op. cit., p. 682). Dai sua grande contribuição para pensar a crise dos anos 1980. Enxerga ali a crise da terceira dualidade e a possibilidade de se desembocar na quarta forma de organização do “modo de produção brasileiro”, pelo que tem de contradições internas.

O quadro externo também indicaria o movimento de entrada na fase B do quarto Kondratiev, iniciado, segundo o autor, por volta do ano de 1973 com a primeira crise do petróleo. Também estava presente a crise do comércio exterior, normalmente diagnosticada como o elemento detonador de um processo interno de reorganização da

produção para substituição de importações crucial para o acirramento das contradições internas e a mudança de dualidade brasileira. A diferença é que essa crise não viria inicialmente pelos fatores tradicionais de restrições expressivas de *quantum* exportados e piora dos termos de troca; ao contrário, o aumento de exportações, por meio da desvalorização cambial, apresentou-se como forma de saída da crise que se configurou diante do corte do financiamento à dívida externa (Rangel, 1983).

Nessa análise, ainda destaca que o esforço de substituição de exportações que seria necessário para a criação das condições para uma mudança na dualidade brasileira seria o de substituir mais do que apenas o petróleo internacional por sua produção interna ou por fonte de energia alternativa, mas uma mudança na forma de produzir os vários bens dependentes dessa base energética em nossa matriz insumo-produto. Nosso autor preocupava-se, já que esse tipo de alteração na estrutura industrial demandaria vultosas imobilizações de capital e o país carecia de um aparelho de intermediação financeira que permitisse viabilizar essa notável formação de capital.

Daqui nascia sua observação mais polêmica, uma vez que a mudança da terceira para a quarta dualidade implicaria uma alteração no polo interno da dualidade e, de seu ponto de vista, isso dependeria de se enfrentar a questão agrária na medida em que estabelecia uma relação entre a distribuição da propriedade sobre a terra no Brasil e a questão financeira. Por este caminho o autor retomava a questão que lhe fez pensar os problemas do desenvolvimento brasileiro nos anos 1930, afirmando que:

com efeito, estivemos industrializando o país com uma estrutura agrária por reformar, e isso somente foi possível pelo motivo [...] de que a execução de projetos industriais (elevada rela-

ção capital/produto), num país de capacidade para importar inelástica e não dispondo ainda de um parque moderno produtor de meios de produção, implicava a produção desses meios por processos pré-industriais, com emprego intensivo de mão de obra (Op. cit., p. 683-684).

A novidade agora seria que tal industrialização se maturou, caracterizando-se pelo tradicional formato poupador de mão de obra, inclusive na agricultura, levando o sistema a produzir um exército industrial de reserva superdimensionado, cuja solução efetiva seria limitada pelo preço proibitivo da terra (Rangel, 1986). Em sua opinião, esse preço não era inerente à terra, mas ligado a esse ativo ser usado no Brasil como reserva de valor, o que significa afirmar que o preço da terra é um fenômeno financeiro, sensível a mudanças que se observam no campo financeiro.

Essa excelente observação, especialmente no que tange à tentativa de compreender o fenômeno da terra urbana hoje, provavelmente foi a origem do ostracismo definitivo da teoria da dualidade básica da economia brasileira. Castro afirma, em seu texto de 2005, que, a partir de 1960, tal tese teve aceitação inversamente proporcional à sua importância para a compreensão do desenvolvimento brasileiro. Acredita que essa tenha sido sufocada pelo debate da *Revolução brasileira*⁷.

A ideia de dualidade não se encaixava nem na posição ortodoxa, nem na revisão teórica que tomou corpo a partir de A revolução brasileira, de Caio Prado Junior. A visão da questão agrária, dela derivada, afastava a teoria da dualidade das duas posições dominantes. Antes de provocar uma grande polêmica, foi ignorada e envolvida por um manto de silêncio (Castro, 2005, p. 20).

5 Conclusão

Ao recuperar o fôlego após esse mergulho em apneia na categoria dualidade básica, pode-se identificar que Rangel tinha uma proposta metodológica clara para interpretar o Brasil, que encontra naquela categoria sua chave de leitura.

A dualidade básica tem a função de representar os modos de produção tipicamente brasileiros, por meio de uma combinação delicada entre formas estruturais e formas superestruturais.

Quanto às formas estruturais, Rangel privilegia a observação de três elementos internos e um externo, para, então, identificar as variedades de formas dominantes e dominadas que compõem a produção social da vida em nossas fronteiras. Internamente, a organização da produção das atividades dominantes e subordinadas na economia brasileira, o instituto da propriedade sobre a terra e as relações de trabalho no interior do país formam o eixo de análise. Externamente, é a maneira como o Brasil se insere no mercado mundial que indica sua relação dinâmica com as economias centrais.

No que se refere às formas superestruturais, Rangel se fixa na luta das classes e frações de classe pela direção política. De seu ponto de vista, a expressão mais concreta das vitórias e derrotas desse processo é dada pela transformação das leis. Para o autor, pensar a disputa pelo poder a que corresponde cada forma estrutural é fundamental, visto que, ao mesmo tempo, dá os termos e a dinâmica do desenvolvimento da formação econômico-social brasileira.

Por esses elementos, não temos dúvidas em perfilar Ignácio Rangel como um dos grandes intérpretes do Brasil, na medida em que coloca a formação da nação em perspectiva histórica, busca captar o sentido dessa formação no passado, analisa a conjuntura presente, sempre atualizando os termos da mudança prenhe de um seu programa político para o futuro.

Fica, então, para o leitor a reflexão de por que uma interpretação do Brasil tão rica e articuladora de teoria e história pode ser tão amplamente abandonada. Inscreve-se aqui uma possibilidade interpretativa que está no campo da análise das condições sócio-históricas que levam à alienação de certas visões com respeito ao funcionamento da sociedade, e não de outras.

De nosso ponto de vista, a dualidade básica da economia brasileira tantas vezes trabalhada e transformada por Rangel tem o limite de sua época, uma vez que representava uma visão, um modo de pensar, que era irreconciliável com o movimento real que Rangel pretendia revelar e explicar. Nesse sentido, uma teoria que não representasse a visão de nenhum dos grupos sociais mais destacados na política e na economia brasileira caía no campo das curiosidades, muitas vezes incômodas, que pensamentos de vanguarda podem carregar.

De outro lado, a visão de Rangel também não encontrava base nas formulações dos dominados e de suas vanguardas representativas. Seu marxismo era mais brasileiro que universal, mais original que ortodoxo. Sua dialética era mais evolucionista que dinâmica e carregava a ordem de um cientista do seu tempo.

Sem base social concreta, a heterodoxia de Rangel, sua criatividade e seu ecletismo foram ao mesmo tempo a fonte de sua inovação interpretativa que deu origem a uma autêntica interpretação do Brasil e o motivo de seu ostracismo.

Notas

¹ Podemos destacar sua referência na introdução a sua obra *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: Ensaios sobre economia brasileira* à

posição inovadora de Rangel no debate sobre o padrão de acumulação brasileiro que continha forte crítica a interpretação estagnacionista

do desenvolvimento brasileiro na entrada dos anos 1960. Nesse texto, Tavares (1973) afirma sobre Rangel que “suas ideias originais sobre inflação, superinvestimento e capacidade ociosa foram levantadas antes que o sistema entrasse em crise total e não deixa de ser uma ironia para um intelectual crítico que o governo posterior aplicasse ‘ortodoxamente’ não poucas das receitas ‘heterodoxas’ recomendadas por ele no seu livro *Inflação Brasileira*, no que respeita a financiamento público e mercado de capitais, com um sentido histórico inteiramente distinto daquele que aconselhava o autor”. (p. 18)

² As formas superestruturais eram muito importantes na análise de Rangel, pois, sendo compostas das leis, das formas políticas de governo e sucessão, bem como de todo o aparato da consciência social (em larga medida ideológico), traziam em si o espaço de concretude da disputa das ideias. Para ele, conhecer as leis de um país era uma parte fundamental do processo de compreensão da sua formação histórica, na medida em que é nas leis que se inscreve a história dos vencedores.

³ Sobre essa questão, ver Freitas (2000).

⁴ Gorender (1978), em seu importantíssimo *O escravismo colonial*, fez dura crítica ao pensamento marxista de formulação brasileira e

latino-americana que buscava interpretar o Brasil e a América Latina. Tanto em suas páginas metodológicas, como mais adiante no capítulo XV, o autor criticava as visões apresentadas como mecanicistas, dualistas ou pouco preocupadas em adaptar-se teoricamente à realidade brasileira. Rangel ganhou destaque nessa formulação por ter sido mencionado com autor da obra em que “o dualismo como interpretação ganhou expressão realmente teorizada” (Gorender, 1978, p. 303). Rangel, no entanto, não concordou com o conteúdo e a forma do trabalho. Em *Dualidade e Escravismo Colonial* (1978), o autor mostra-se indignado com o tom da crítica feita por Gorender, que se pôs à estranha tarefa de desobstruir metodologicamente a ciência social brasileira, acusando-o de não ter compreendido seu argumento sobre a dualidade básica, mas na verdade criando um “falso problema” (Rangel, 1978, p. 81). A pergunta identificada por Gorender e indicada como falsa questão por Rangel é: “Que papel teria [...] a escravidão numa sociedade feudal?” (*idem*). Rangel recorre a Marx para lembrar ao leitor que, em modos de produção bem definidos, continuam a existir resquícios de formas das relações sociais anteriores, porém com outros significados históricos. Além disso, o texto é dedicado a recuperar a ideia de que a formulação da dualidade rangeliana tem exatamente

o sentido de esclarecer esse tipo de idiosincrasia aparente. Infelizmente, a boa questão de Gorender apresentou-se de forma a não dar lugar a um bom debate.

⁵ Vale destacar as semelhanças entre a visão de Rangel e a formulação da teoria da dependência de Cardoso e Faletto (1967); no entanto, tais autores não possuem referências explícitas ao economista maranhense.

⁶ Esta será a dinâmica de ajustamento em toda dualidade. As mudanças de dualidade são sempre precedidas desse tipo de movimento, cuja dinâmica é dado pelo ciclo de Kondratiev das economias centrais. Somente após a instauração de um setor produtor e desenvolvedor de bens de capital no Brasil é que poderíamos pensar em uma dinâmica de transformação movida por nosso próprio ciclo de inovação e investimento.

⁷ Ver Fernandes Florestan (1981) e Prado Junior (1966 e 1987)

Referências bibliográficas

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos. O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. Texto preparado para o *Seminário Brasil-Chile; uma mirada hacia América latina y sus perspectivas*, Santiago de Chile, 2005.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. *Revista de Economia Política*, v. 13, n. 2(50), abril-junho 1993.
- CÂNDIDO, Antônio. “Prefácio”. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967. p. xi-xxii.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo (1967). Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.
- CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise*. São Paulo: Unesp, 2002.
- CASTRO, Marcio Henrique Monteiro de; BIELSCHOWSKY, Ricardo (1987). Contribuições de Ignácio Rangel ao pensamento econômico brasileiro. In: RANGEL, Ignácio. *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo: Editora Bernal, 1987.
- CASTRO, Marcio Henrique Monteiro. Nosso mestre Rangel. In: RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- COUTINHO, Luciano. Inflexões e crise da política econômica: 1974-1980. In: *Revista de Economia Política*, v. 1, n. 1, 1981..
- FERNANDES, Florestan (1981). O que é revolução? In: Prado Junior, Caio e Fernandes, Florestan: *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- FREITAS, M. C. Pensamento social, ciência e imagens do Brasil: Tradições revisitadas pelos educadores brasileiros. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 41-61, 2000.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- KONDRATIEV, Nikolai (1935), The long waves in economic life. *Review of Economic Statistics*, XVII, 6, November 1935, pp. 105-115.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MALTA, Maria Mello de (Coord.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA/CCF/UFRJ, 2011.
- MAMIGONIAN, Armen (Org.). *O pensamento de Ignácio Rangel*. Florianópolis: Fundação Banco do Brasil/ CNPq/PPGG-UFSC, 1997.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARX, Karl [1905] (1987). *Teorias da mais-valia*: História crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- MARX, Karl [1867] (1968). *O Capital* – livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- PAULANI, Leda. Teoria da Inflação Inercial: Um episódio singular na história da ciência econômica no Brasil? In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil: Pensamento, instituições e depoimentos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PRADO JUNIOR, Caio [1966] (1987). *A Revolução Brasileira*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- PRADO JUNIOR, Caio [1977] (1987) Perspectivas em 1977 in *A Revolução Brasileira*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- PINTO, Aníbal [1976] 2000. Notas sobre o estilo de desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, volume 2. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- RANGEL, Ignácio (1963). *A inflação brasileira*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RANGEL, Ignácio (1963). Dualidade e escravismo colonial. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 3, set. 1978.
- RANGEL, Ignácio (1963). A história da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 1, n. 4, p. 5-34, 1981.

RANGEL, Ignácio (1963). Esta crise não se administra. *Revista de Economia Política*, v. 3, n. 3, jul.-set. 1983.

RANGEL, Ignácio (1963). Recessão, inflação e dívida externa. *Revista de Economia Política*, v. 5, n. 3, jul.-set. 1985.

RANGEL, Ignácio (1963). A questão da terra. *Revista de Economia Política*, v. 6, n. 4, out.-dez. 1986.

RANGEL, Ignácio (1963). *Um fio de prosa autobiográfica com Ignácio Rangel*. IPES/UFMA/SIOGE, 1991.

RANGEL, Ignácio (1963). *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SINGER, Paul. *A crise do “milagre”*: Interpretação crítica da economia brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

E-mail de contato dos autores:
mariammalta@yahoo.com.br

Artigo recebido em agosto de 2013 e
aprovado em novembro de 2013

